

**O QUE É QUE RESISTE, AFINAL, NA RESISTÊNCIA À TEORIA?
(HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA, VIOLÊNCIA CANÔNICA, DOMESTICAÇÃO DA ALTERIDADE)**

Nabil Araújo¹

RESUMO: Considerando o caráter paradigmático da obra de Antonio Candido nos estudos literários no Brasil, indagamo-nos pelo que é que resiste, afinal, na resistência à teoria insistentemente ecoada, a partir do mestre uspiano, ao modo de uma profissão de fé. Segue-se, então, uma análise do papel central da historiografia literária na consolidação e perpetuação de uma violência canônica de dupla face no meio acadêmico-escolar brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Antonio Candido; resistência à teoria; historiografia literária; violência canônica; domesticação da alteridade.

**WHAT IS RESISTANT, AFTER ALL, IN THE RESISTANCE TO THEORY?
(LITERARY HISTORIOGRAPHY, CANONICAL VIOLENCE, DOMESTICATION OF ALTERITY)**

ABSTRACT: Considering the paradigmatic character of Antonio Candido's work in literary studies in Brazil, we inquire about what is resistant, after all, in the resistance to theory insistently echoed, from the Uspian master, in the manner of a profession of faith. Then follows an analysis of the central role of literary historiography in the consolidation and perpetuation of canonical double-faced violence in the Brazilian academic-school environment.

KEYWORDS: Antonio Candido; resistance to theory; literary historiography; canonical violence; domestication of alterity.

Para Flora Süssekind,
nos 36 anos de publicação de *Tal brasil, qual romance?*,
livro que permanece importante “pelo menos para quem pense e atue em
favor de um sistema intelectual mais fecundo do que tem sido o nosso;
menos chegado ao fácil e ao fóssil” (Luiz Costa Lima, in: SÜSSEKIND,
1984, p. 13).

Em memória de Roberto Reis (1949-1994)

Preâmbulo

No terceiro capítulo de *Crítica em tempos de violência* (2. ed., 2017), focado na “teoria autoritária da literatura” de Harold Bloom em *O cânone ocidental* (1994), Jaime

¹ Doutor em Estudos Literários pela UFMG. Professor de Teoria da Literatura na graduação e na pós-graduação em Letras da UERJ. Contato: nabil.araujo@gmail.com – <https://uerj.academia.edu/NabilAraújo>

Ginzburg define como “pensamento autoritário” aquele que opera com o seguinte procedimento: (i) “elabora concepções de conhecimento baseadas na generalização”; (ii) “estabelece essas concepções como parâmetro de valorização para a totalidade da experiência”; (iii) “justifica a desvalorização e a exclusão de certos elementos com base na irrelevância do que foge ao padrão, instituindo um círculo vicioso que reforça seus próprios valores sistematicamente” (GINZBURG, 2017, p. 60-61). Em face do autoritarismo canônico de Bloom, Ginzburg menciona *Textos de intervenção* (2002), de Antonio Candido, como exemplo de livros que “situam a reflexão sobre literatura no polo oposto, como campo de conhecimento diretamente vinculado à resistência cultural e à consciência da opressão e desigualdade social” (GINZBURG, 2017, p. 64). Daí ser legítimo perguntar: em que polo, exatamente, Candido aí situa a reflexão sobre literatura, e em que medida ele seria mesmo oposto ao “pensamento autoritário” tal como definido por Ginzburg? A que tipo, afinal, de “resistência cultural” se vincularia a referida reflexão, e em que medida isso implicaria “consciência da opressão e desigualdade social”?

Como o volume em questão constitui-se de textos diversos elaborados em épocas e em ocasiões diversas, o melhor modo de se aproximar de uma resposta às perguntas acima seria atentar para o posicionamento expresso do autor de *Formação da literatura brasileira* (1959) em relação à sua *opus magnum* décadas depois de sua primeira publicação. Numa entrevista concedida em 1995, então coligida na seção “Variações sobre temas da *Formação*”, em resposta ao seguinte questionamento: “se o senhor fosse reescrever hoje a *Formação da literatura brasileira*, adotaria a mesma postura metodológica, egeria os mesmos períodos, os mesmos pressupostos críticos e teóricos?”, Candido (2002, p. 113) então afirma: “Eu manteria a mesma posição. Faria tudo exatamente como fiz, só que não usaria a palavra determinismo”; e ainda: “eu conservaria exatamente o que fiz, apesar de ter causado muitos equívocos, que devem ter nascido de expressões defeituosas de minha parte, porque foram expressos por pessoas competentes” (CANDIDO, 2002, p. 114); em suma: “Modéstia à parte, minha maneira de interpretar a literatura brasileira era bastante original, com a distinção entre literatura e sistema literário” (CANDIDO, 2002, p. 114). Tratando, numa entrevista concedida anos antes a Beatriz Sarlo, desta distinção formulada na *Formação*, Candido (2002, p. 94) explica: (i) “Creio que a literatura nacional começa quando se inaugura uma tradição de produzir, de maneira sistemática, obras esteticamente válidas”; ao que imediatamente acrescenta: (ii) “Mas uma obra só pode ser esteticamente válida se, além de incorporar uma função social adequada, realizando uma seleção adequada dos elementos da realidade, alcança pelo menos um pouco da universalidade própria da função total”; mais à frente, asseverando a crença de que (iii) “uma literatura necessita que seus escritores experimentem a presença da nacionalidade”, conclui: “Se uma de nossas literaturas [latino-americanas] dissesse: quero ser europeia – estaria perdida. O movimento deve afirmar: não tenho nada que ver com a Europa, sou um escritor brasileiro, canto o índio” (CANDIDO, 2002, p. 96).

Salvo engano, as três escalas deste raciocínio de Candido bem se enquadram, respectivamente, nas três etapas procedimentais do “pensamento autoritário” definidas por

Ginzburg; salvo engano, comentadores diversos, em medidas diversas, já se aproximaram desta conclusão, por meio de argumentos que não se deixariam simplesmente reduzir a meros “equivocos” causados por “expressões defeituosas” supostamente corrigíveis. O que mais surpreende quanto a isto é o fato de Ginzburg remontar, em seu livro, explicitamente, a um destes comentários – um dos mais agudos, aliás –, sem, contudo, fazer derivar desse movimento as consequências que lhe seriam de direito.

O comentário em questão, ao qual remete Ginzburg no décimo primeiro capítulo de seu livro, “Literatura e direitos humanos: notas sobre um campo de debates”, é o tecido por Marcos Natali, em seu artigo “Além da literatura” (2006), em torno do hoje clássico ensaio de Candido “O direito à literatura” (1988). Atentando para o modo como Candido professa, em chave tipicamente moderna e ocidental, uma concepção universalista de “literatura”, buscando nela subsumir manifestações culturais altamente heterogêneas e espaço-temporalmente díspares, do “canto do índio” a poemas, romances e dramas, passando pelas “lendas” e pelo “folclore”, Natali chama a atenção para “o preço da inclusão em sistemas que imaginam comportar a multiplicidade da experiência humana”, sendo que, neste caso, “o que precisa ser suprimido para que a inclusão ocorra é a especificidade histórica e conceitual de práticas discursivas que passam a ser reunidas sob a categoria literatura” (NATALI, 2006, p. 34). Reconhecendo aí a insurgência de uma “violência tradutora que abafa a diferença contida naqueles horizontes conceituais que incluem outras formas de entender a relação com os objetos verbais, a representação da realidade e o lugar do sujeito humano na criação e recepção de textos” (NATALI, 2006, p. 42), Natali descreve “o gesto de inclusão de Antonio Candido como a tentativa de incorporação do não moderno pelo arcabouço conceitual da modernidade”, entendendo-o, nestes termos, “como característico de uma forma de pensar a cultura, a política e a justiça social em uma geração de intelectuais latino-americanos” (NATALI, 2006, p. 38). Assim:

Não é difícil encontrar, em histórias literárias latino-americanas de meados do século XX, argumentos semelhantes celebrando a inclusão e, implicitamente, a modernização, em relatos frequentemente construídos à base de vocabulários universalistas. Como nas melhores doutrinas nacionalistas, acredita-se na existência de um sistema global que permita a expressão do local e sua contribuição, com seu espírito característico, à cultura universal (NATALI, 2006, p. 38-39).

“Um conceito universalista de literatura tem implicações como submeter a parâmetros homogêneos produções diversificadas”, conclui Ginzburg (2017, p. 184) a respeito, acrescentando que isso “leva a integrar, no discurso crítico e historiográfico, fenômenos culturais que, originariamente, em suas condições de produção, não foram construídos atendendo a expectativas cognitivas ou expressivas idênticas às da ficção europeia canônica”. Apesar de reconhecê-lo, ao retomar, em seu livro, a crucial problemática da violência canônica nos estudos literários, Ginzburg capitulará em face do imperativo de relacioná-la ao moderno discurso universalista/nacionalista das “histórias literárias latino-americanas de meados do século XX” (Natali) – em especial, no caso brasileiro, da *Formação* de Candido –, desviando o foco de atenção para a natureza, a

função e o ensino da Teoria da Literatura nos cursos de graduação e pós-graduação em Letras no Brasil, como se, em se tratando de desmascarar como fundamentalmente *interessadas* as pretensões de universalidade do discurso acadêmico sobre a literatura entre nós, isso só pudesse ser feito em relação à parcela deste discurso que *explicitamente* se apresenta como “teórica”.² Algo que parece confirmar, aliás, em relação à moderna historiografia literária no Brasil, a observação de Natali (2006, p. 38) de que “o poder do discurso moderno vem do fato de ele se apresentar não como uma nova cultura, mas justamente como a ausência de uma cultura específica e de interesses particulares”; e ainda:

A prova maior de sua força é precisamente sua invisibilidade, ou seja, o momento da confirmação da sua hegemonia é o momento em que já não reconhecemos seus limites, o que torna possível esse deslizamento quase imperceptível da modernidade e sua especificidade histórica e conceitual para a humanidade universal (NATALI, 2006, p. 38).

Luiz Costa Lima foi quem melhor analisou a performance dessa “invisibilidade” no discurso historiográfico da *Formação da literatura brasileira*, discurso no qual “o realce do registro descritivo” (em detrimento do teórico-conceitual) seria o responsável, segundo o autor, pela dissimulação dos *valores* subjacentes à *opus magnum* de Candido, da “intensa solidariedade [destes valores] com o cânone romântico” (COSTA LIMA, 1991, p. 162). O exame cuidadoso da *Formação* evidencia, assim, em suma, “a necessidade, nela ainda não imperiosa, de articular o debate teórico com o propriamente analítico”, conclui Costa Lima (1991, p. 165), uma vez que a “manutenção de sua separação, expressa pela ideia de que o primeiro é dispensável, favorece a pretensa objetividade do registro descritivo, velando seus efetivos valores”.

Como que respondendo, uma década mais tarde, à postulação de que o historiador e o crítico precisam explicitar os valores que comandam seu discurso, e de que, “ao assim fazê-lo, necessitam tornar, na medida do possível, manifestos seus pressupostos” (COSTA LIMA, 1991, p. 165), o organizador dos *Textos de intervenção* observará que “Antonio Candido nunca se empenhou em definir previamente as condições de sua prática ou expor em abstrato suas operações”, citando, na sequência, um trecho da *Formação* em que seu autor identifica o “interesse pelo método” como uma preferência pelo “falar sobre a maneira de fazer crítica” em detrimento de “fazer efetivamente crítica” (DANTAS, 2002, p. 15). Ignorando as consequências desse modo de proceder apontadas por Costa Lima, Dantas assim racionalizará a evidente *resistência à teoria* do “escritor” Antonio Candido:

² Focamos aqui a “Parte I” do livro de Ginzburg, intitulada “Teoria da literatura, autoritarismo e violência” (GINZBURG, 2017, p. 21-149), mais especificamente os capítulos “Idealismo e consciência política em Teoria da Literatura” (GINZBURG, 2017, p. 23-39), “O valor estético: entre universalidade e exclusão” (GINZBURG, 2017, p. 41-52) e “Cânone e valor estético em uma teoria autoritária da literatura” (GINZBURG, 2017, 53-66).

É claro que nesse seu jeito discreto de se apresentar existe muito de repúdio à mania nacional dos prolegômenos metodológicos e ao brilho fácil dos esquemas teóricos, mas é preciso reconhecer que, agindo assim, Antonio Candido cuidava para que a posição e o jargão de especialista não prevalecessem sobre o escritor que ele sempre foi (DANTAS, 2002, p. 16).

Indaguemo-nos, pois, aqui, pelo que é que resiste, afinal, nessa resistência à teoria insistentemente ecoada, ao modo de profissão de fé, nos estudos literários no Brasil.

Historiografia literária e violência canônica

Evocando o “forte e múltiplo movimento de revisão dos parâmetros de sustentação do cânone” que atravessa os estudos literários na contemporaneidade, Jaime Ginzburg enfatiza que o mesmo “não pretende apenas mudar listas de autores e obras dos manuais de referência”, atingindo, antes, “os fundamentos da própria configuração do cânone” (GINZBURG, 2017, p. 23). A partir do reconhecimento de que a presença ou não de um autor ou obra no cânone literário “é resultado de um processo seletivo que se caracteriza pela legitimação de exclusões”, discutem-se, hoje, “pontos de vista sobre a definição de critérios”, observa o autor (GINZBURG, 2017, p. 23).

Não obstante, alerta Ginzburg, permanece o descompasso entre a pesquisa acadêmica e o ensino universitário na área de Letras: “Embora os últimos trinta anos tenham sido caracterizados por fortes discussões em paradigmas e modelos conceituais, os programas curriculares de Letras têm sido caracterizados de forma predominantemente conservadora, com poucas exceções” (GINZBURG, 2017, p. 23-24). Isso se desdobraria, ademais, na concepção de ensino de literatura vigente na educação básica, mais especificamente no ensino médio:

O conceito de valor pode ser examinado em articulação com a noção de *cânone*. O ensino universitário de atribuição de valor não se faz no vazio, mas em meio a um campo de referências historicamente firmadas. Encontramos obras e autores consagrados, enumerados em manuais de história literária. O ensino de literatura no ensino médio, especificamente, com sua articulação com os exames vestibulares, de um modo geral, reforça uma reverência aos valores canônicos assumidos institucionalmente pelos programas dos exames. [...] A configuração do ensino de literatura como reprodução do cânone configura um trabalho que nada tem a ver com o ensino da reflexão sobre o valor; pelo contrário, o componente reflexivo é abandonado, em favor de uma pura confirmação esquemática de sistemas de valor que, em muitos casos, não são conceitualmente discutidos com os estudantes. Estes, desse modo, passam a defender que um autor é bom sem saber por quê, ou sem formular opinião própria a respeito dos critérios de valor (GINZBURG, 2017, p. 54-55).

Neste cenário, Ginzburg (2017, p. 24) enfatiza a importância “[d]o esforço de grupos de pesquisadores em resgatar autores e obras que, por variadas circunstâncias históricas e ideológicas, deixaram de ser reconhecidos em seu tempo”, pesquisadores “ligados ao feminismo, às etnias e a grupos sociais marginalizados”, os quais “têm procurado indicar lacunas e reverter critérios de valor consolidados”, o que “envolve implicações em termos de política cultural, com relação à concepção de prioridades nas bases histórico-sociais de formação do país”. Com isso em vista, o autor enuncia o seguinte programa de investigação:

Na medida em que entendemos os problemas de historiografia literária em perspectiva ideológica, temos de buscar as raízes dos esquemas conservadores que sustentam as conceituações responsáveis pela naturalização das exclusões. Os fundamentos teóricos que sustentam a historiografia tradicional, incluindo a noção de periodização, embora tenham comprovado rendimento, vêm a ser examinados não como inteiramente isentos ou objetivos, mas como servindo a valores determinados (GINZBURG, 2017, p. 24-25).

Tratar-se-ia, em suma, de “reler as obras de historiografia tradicional [...] como manifestações que podem expressar valores culturais, ideológicos e políticos – de forma mais ou menos explícita” (GINZBURG, 2017, p. 25). Curiosamente, contudo, uma vez enunciado o referido programa de investigação, Ginzburg procede a uma guinada de foco um tanto desconcertante, da historiografia literária para a teoria da literatura:

Nessa perspectiva, os conhecimentos de Teoria da Literatura não podem ser encarados como ideologicamente neutros. A adoção de uma ou outra perspectiva teórica traz consequências importantes, pois estabelece critérios para definição de juízos de valor, articulados a processos seletivos excludentes e a fundamentos da construção do conhecimento academicamente legitimado (GINZBURG, 2017, p. 25).

A partir daí, tudo se passa como se o objeto da análise crítica proposta e empreendida por Ginzburg devesse mesmo ser a teoria da literatura, e não a historiografia literária (a respeito da qual predominará, então, um inexplicável silêncio por parte do autor). “Para a formação básica do investigador de literatura hoje, no ensino de graduação”, prossegue Ginzburg (2017, p. 16), “um componente básico, sobre o qual temos necessidade de refletir, é a bibliografia apresentada como fundamental em Teoria da Literatura. Mais do que isso, a imagem de investigação literária proposta por essa bibliografia”.

É esta bibliografia que o autor se propõe, então, a escrutinar: “A bibliografia corrente em cursos introdutórios, no Brasil, é pouco diversificada. Existem alguns manuais adotados como referências”, afirma Ginzburg (2017, p. 16), elencando, então, dentre “os textos de maior aceitação” em nossas universidades: *Teoria da Literatura* (1967), de Vitor Manuel de Aguiar e Silva; *Teoria da Literatura* (1949), de René Wellek e Austin Warren; *Notas de Teoria Literária* (1976), de Afrânio Coutinho; e *Teoria Literária* (1974), de Hênio Tavares. “A adoção de um ou mais desses livros pode resultar, dependendo do grau de

passividade ou de consciência crítica da abordagem do professor diante dos textos, na difusão de uma concepção extremamente distorcida das prioridades da investigação literária”, alerta Ginzburg a respeito, arrematando: “A leitura desses livros compõe um campo de percepção com heranças positivistas, articuladas com ideologias tecnicistas, criando, assim, a impressão de que o universo da investigação literária está distante dos conflitos humanos” (GINZBURG, 2017, p. 27).

Para além do alegado risco comum à adoção dos quatro manuais concebidos em conjunto – risco aí subordinado pelo autor ao “grau de passividade ou de consciência crítica da abordagem do professor diante dos textos” –, Ginzburg destacará, não obstante, a especificidade do contexto político de publicação e difusão dos dois manuais brasileiros nos seguintes termos:

Nos casos de Afrânio Coutinho e Hênio Tavares, interessa notar que seus manuais foram concebidos durante a ditadura militar, nos anos 1970. Foi extremamente oportuna sua difusão, assim como o enorme impacto do estruturalismo. Segmentos do ambiente acadêmico tiveram um comportamento conservador adequado à opressão do sistema. Os manuais de Coutinho e Tavares expõem um distanciamento entre conflitos reais da sociedade e as prioridades dos estudos literários. É como se no universo da investigação literária estivéssemos em um mundo sem conflitos, em que pobreza, guerrilhas e torturas não fazem parte. É notável o contraste entre a concepção de investigação literária desses autores e a concepção proposta pelos pensadores da Escola de Frankfurt. Para estes, cuja produção estava em discussão no Brasil em certos setores da vida intelectual na década de 1970, a articulação entre teoria da literatura, crítica cultural e investigação histórico-política era fundamental (GINZBURG, 2017, p. 28).

Após uma ligeira sinopse crítica dos manuais estrangeiros – Aguiar e Silva, Wellek e Warren –, Ginzburg centrará fogo em Coutinho e em Tavares, enfatizando o perfil “idealista” de seus manuais, bem como o conservadorismo político, quiçá o colaboracionismo implicado por este perfil em plena ditadura militar. Assim:

É preciso dedicar atenção ao modo como Afrânio Coutinho formula sua proposição. Ele fala em “verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares”. Sua concepção de condição humana é sustentada por um idealismo que apresenta como igualitárias e homogêneas as condições de existência; sem quaisquer restrições histórico-culturais, sem marcações de tempo e espaço, o ser humano desenhado por Coutinho é abstrato e suas “verdades” ultrapassam os limites das contingências (GINZBURG, 2017, p. 32).

Essa posição idealista, após as recentes mudanças de paradigmas, é constrangedora. Sabemos que as condições de existência não são as mesmas para homens e para mulheres, para patrões e para empregados, para brancos e para negros, para heterossexuais e para homossexuais. Sabemos que sistemas repressivos funcionam na sociedade brasileira,

marcando hierarquicamente diferenças e estabelecendo normativas políticas e morais com função dominadora. Temos uma noção hoje de que a complexidade da sociedade brasileira está articulada a sua diversidade interna e a sua formação problemática (GINZBURG, 2017, p. 32).

As referências temporais também são fundamentais. Não é verdade que escravos do século XIX tenham a mesma experiência que profissionais liberais do século XX. Não é verdade que as condições de vida de indígenas no século XVI correspondam àquelas em que vivem os poucos grupos de indígenas no presente momento no país. Supor que existam “verdades eternas” capazes de expressar a experiência da condição humana, em meio a todas essas diferenças culturais e históricas, é mais do que idealismo: é um falseamento, ideologicamente conservador, dos mecanismos de opressão (GINZBURG, 2017, p. 32).

Em plena ditadura militar, como deveria Hênio Tavares redigir um manual de Teoria Literária? Priorizando a importância dos conflitos sociais? A opção do autor está em valorizar o que considera como experiências universais. Nisso está em completa sintonia com Afrânio Coutinho, que espera, como foi mencionado anteriormente, por “verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares, porque são as verdades da mesma condição humana” (GINZBURG, 2017, p. 34).

Na sequência, Ginzburg estende seu veredicto censório à própria recepção acadêmica dos manuais de Coutinho e de Tavares. “Se o conhecimento literário estivesse restrito a livros como esses, o caminho da investigação literária estaria limitado a uma concepção idealista, centrada na descrição, na classificação, na generalização e nos chamados ‘valores universais’”, sentencia o autor, concluindo: “Não faria diferença, no caso, se ao nosso redor estivesse um governo ditatorial ou não, se fosse legitimada a escravidão ou não” (GINZBURG, 2017, p. 37). Trabalhos acadêmicos produzidos nessa linhagem idealista “permanecem omissos perante a presença da barbárie à sua volta”, prossegue Ginzburg (2017, p. 38), disparando: “Essa omissão, sob o olhar da crítica ideológica, é uma estratégia conservadora das estruturas de poder. Quem adota conscientemente essa omissão sente conforto dentro dessas estruturas”.

Daí o imperativo expresso programaticamente pelo autor: “temos de indagar a que interesses serve esse mecanismo de conservação estrategicamente constituído. [...] indagar quem se beneficia da apresentação dos esquemas descritivos e classificatórios como suficientes para criação de competências de leitura” (GINZBURG, 2017, p. 38). Em suma: “Como área de conhecimento de interesse público, a Teoria da Literatura deve ter sua função social discutida constantemente” (GINZBURG, 2017, p. 38).

Vale lembrar, a propósito, que um dos mais célebres e influentes manuais de teoria da literatura de todos os tempos, *Teoria da Literatura: uma introdução*, de Terry

Eagleton,³ frequentemente arrolado na bibliografia fundamental de nossos programas universitários, apesar de sequer mencionado por Ginzburg em seu livro, consiste justamente numa crítica ideológica, em perspectiva marxista, das principais correntes teóricas dos estudos literários desde do início do século XX. Em vista da discussão da função social da teoria da literatura aí empreendida por Eagleton, poderíamos ecoar as palavras de Jonathan Culler a seu respeito (aliás, em outro importantíssimo manual da área ignorado por Ginzburg), a saber, de que se trata de “uma explicação tendenciosa mas muito viva de todas as ‘escolas’, com exceção da crítica marxista que ele adota” (CULLER, 1999, p. 134). Ao invés disso, enfatizemos, aqui, a especificidade e a raridade da teoria da literatura no campo dos estudos literários enquanto área do conhecimento que se institui, em larga medida, como crítica ao conhecimento instituído na área (como provam, cada um à sua maneira, os dois manuais ignorados por Ginzburg).

Isso posto, impõe-se retomar na íntegra o programa de investigação a princípio tão bem enunciado, mas subseqüentemente adulterado por Ginzburg quando do injustificado deslocamento de foco acima reportado, a saber, aquele guiado pela necessidade de, identificado o nexos intrínseco entre a “configuração do cânone” – enquanto “processo seletivo que se caracteriza pela legitimação de exclusões” – e a historiografia literária, “buscar as raízes dos esquemas conservadores que sustentam as conceituações responsáveis pela naturalização das exclusões”; de examinar os “fundamentos teóricos que sustentam a historiografia tradicional como servindo a valores determinados”; em suma: de “reler as obras de historiografia tradicional como manifestações que podem expressar valores culturais, ideológicos e políticos – de forma mais ou menos explícita”.

Dada a centralidade assumida por Afrânio Coutinho como objeto da crítica ideológica empreendida por Ginzburg em seu livro, poder-se-ia perguntar: por que não se analisou, quanto a isso, a obra propriamente historiográfica de Coutinho, inquestionavelmente um dos grandes marcos da historiografia literária brasileira? O que justifica, afinal, o silêncio de Ginzburg, nesse sentido, acerca da *Introdução à literatura no Brasil*, de seus “fundamentos teóricos”, de seus “valores culturais, ideológicos e políticos”? E ainda: a que interesses serve este silêncio; quem dele se beneficia?

Aproximemo-nos de uma resposta possível a estas perguntas partindo de um exemplo de execução bem-sucedida do programa de investigação enunciado por Ginzburg.

Em texto sobre a alegada crise da história literária na contemporaneidade, Paulo Franchetti reconhece o lugar “proeminente e vasto” que ela ainda ocupa “nas bibliotecas e nas salas de aula” em nosso país (FRANCHETTI, 2013, p. 87). “Nos cursos da maior

³ EAGLETON, Terry. *Literary Theory: an introduction*. 2. ed. Oxford: Blackwell, [1983] 1996. [Ed. bras.: EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. 4. ed. Trad. de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.]

parte das universidades brasileiras, inclusive, é ela a forma privilegiada de trabalho com as obras literárias, pois as séries denominadas de acordo com as literaturas nacionais são usualmente cursos panorâmicos”, observa o autor, enfatizando que, “[n]a universidade, a forma institucional predominante de trabalho com a literatura ainda é, como sempre foi, a história literária” (FRANCHETTI, 2013, p. 87). E ainda:

E como a universidade não só forma os professores do ensino médio, mas ainda estabelece os critérios de seleção dos pretendentes ao diploma universitário, e como o exame vestibular aparece hoje como uma das principais razões objetivas para a existência de uma disciplina específica sobre literatura nos cursos de ensino médio, acabamos por ter, neles, uma duplicação da história literária ensinada na universidade (FRANCHETTI, 2013, p. 87-88).

Observando que “história literária na escola brasileira (tanto na superior quanto na média) é basicamente estudo de ‘estilos de época’ e/ou de história social, segundo as grandes sínteses históricas dos anos 1950 a 1970”, Franchetti se propõe, então, a analisar “os princípios e os métodos das principais sínteses produzidas na segunda metade do século passado e que são as matrizes altas das formas de trabalho hoje levadas a cabo na maioria das escolas médias e superiores no Brasil” (FRANCHETTI, 2013, p. 89).

Quanto a isto, o autor observa: “A que talvez seja a forma de trabalho mais difundida no ensino tem o seu paradigma brasileiro na perspectiva de Afrânio Coutinho, de que a *Introdução à literatura no Brasil* é um texto modelar” (FRANCHETTI, 2013, p. 90). À luz do que afirma Ginzburg a respeito de Afrânio Coutinho, não estranha que Franchetti identifique em sua historiografia a mesma feição *idealista* reconhecível em sua teoria literária:

Sua explicação para a concretude histórica é de cariz fortemente idealista, pois cada mudança de estilo de época é uma revolução que ocorre primeiro no espírito e depois passa à vida. Na identificação das características literárias, há duas formas principais de argumentação: a que identifica traços que provêm da “influência” dos chefes de escola e, mais importante, a que identifica traços formais correspondentes ao ideário do tempo. Ao contexto cultural, portanto. Nesse modelo de história, as tendências e as escolas, embora integrem o movimento geral das ideias, movem-se também por energia própria, obedecem a uma dinâmica interna e constituem momentos particulares de uma eterna oscilação pendular da consciência humana entre o subjetivismo e o objetivismo (FRANCHETTI, 2013, p. 90).

Franchetti (2013, p. 90) observa aí, ademais, algo insuspeito do ponto de vista da análise de Ginzburg, restrita à teoria literária do autor de *Introdução à literatura no Brasil*: “nesse universalismo abstrato em que Coutinho enquadra a evolução literária”, afirma Franchetti, “o nacionalismo, que foi expulso pela porta da frente, retorna pela porta dos fundos. [...] o nacional é entendido como a particularização (operada por circunstâncias

várias, que incluem a natureza, o clima etc.) de um universal concreto, que é um dado estilo de época”. Em suma: “o que se aprende e se ensina com a história de Coutinho é tanto o movimento geral dos ‘estilos de época’ quanto a especificidade brasileira da realização de cada um deles. Especificidade essa, por sua vez, que é suposta *a priori*, como determinação lógica” (FRANCHETTI, 2013, p. 90).

Ora, justamente este nacionalismo idealista intrínseco à história de Coutinho é o ponto de ligação entre ela e os demais monumentos da historiografia literária brasileira analisados na sequência por Franchetti: a *História da literatura brasileira*, de Nelson Werneck Sodré, realização paradigmática da “história da literatura entendida como parte da história social” (FRANCHETTI, 2013, p. 90); a *História concisa da literatura brasileira*, de Alfredo Bosi, a “mais popular síntese historiográfica da literatura brasileira” (FRANCHETTI, 2013, p. 92); e, claro, a *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, “o livro que até hoje fornece a estrutura do pensamento histórico mais influente e mais rico em desdobramentos” (FRANCHETTI, 2013, p. 93). Analisadas as obras, Franchetti conclui:

Acima das diferenças de método, princípio e orientação política, o que une as histórias de Sodré, Coutinho, Candido e Bosi é uma aposta na possibilidade de narrar uma série de ações que conduzam à constituição de um ser “nacional”. Isto é, uma aposta em que é possível compor uma narrativa em que uma personagem suprapessoal, relevante para a definição dos contornos da nação, apareça como herói. Essa personagem-conceito, em cada uma das sínteses aqui mencionadas, caminha em direção à plena realização, numa série de peripécias em que vai triunfando sobre adversidades várias. A forma profunda desse discurso é, sem dúvida, épica. Sua realização particular, uma modalidade do romance de formação (FRANCHETTI, 2013, p. 94).

O que distingue tais narrativas entre si, observa Franchetti (2013, p. 94-95), é “a natureza da construção dessa personagem central, bem como as modalizações no tratamento do seu contexto ou ambiente”; já sua base comum, “o que lhes dá aos olhos de hoje o mesmo ar de família”, conclui o autor, “é também o que lhes garantiu eficácia persuasiva: a postulação de que tanto o autor da história literária quanto o seu leitor imediato participam de alguma forma da natureza do herói coletivo nacional”. Daí podermos nos perguntar: *por quem* e *para quem* foram escritas as grandes sínteses historiográficas da literatura brasileira?

Num livro citado por Franchetti, dedicado justamente à questão da “construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira”, João Hernesto Weber destaca que, em seu intuito de “perceber como se constituíram os diversos discursos sobre a nacionalidade literária tendo em vista, sempre, a sua inserção histórica”, foi preciso vê-las “como expressão de determinadas demandas histórico-sociais da sociedade brasileira à época em que foram escritas” (WEBER, 1997, p. 17-18). Daí sua ênfase “na leitura do Romantismo, ou na da nação romântica”, precisa o autor, “como expressão do projeto nacional excludente dos cafeicultores do Vale do Paraíba; ou na da *História* de Sílvio

Romero como expressão do projeto nacional das frações de classe que se alçam ao poder com o fim do escravismo” (WEBER, 1997, p. 18). Quanto à historiografia produzida no século XX, Weber busca desvelar “as diferentes histórias literárias como expressão de diferentes projetos nacionais”:

a história de Afrânio Coutinho como expressão do nacional-desenvolvimentismo conservador das classes dirigentes do Rio de Janeiro, principalmente, que participavam do pacto nacional-desenvolvimentista como maneira de sobreviverem historicamente; a *História* de Nelson Werneck Sodr e como expressão do projeto nacional-populista, mais à esquerda, integrando, no entanto, o pacto entre o Estado, a burguesia “nacional” e o operariado surgido no bojo do nacional desenvolvimentismo; a *Formação* de Antonio Candido como expressão do projeto “ilustrado” da burguesia paulista, que criara a USP, patrocinara a vinda de uma nova “missão francesa”, e se situava na contramão do nacional-populismo (WEBER, 1997, p. 18).

O discurso historiográfico sobre a nacionalidade literária teria se constituído, portanto, do Romantismo a Antonio Candido e à escola uspiana, de tentativas diversas de imbuir projetos nacionais específicos, formulados por grupos específicos, de uma generalidade tal que os fizesse, então, coincidir com a própria revelação do “herói coletivo nacional” de cuja natureza participariam autor e leitores da história literária. É nesse sentido, portanto, que se deve reconhecer a *Formação da literatura brasileira* como “o livro que até hoje fornece a estrutura do pensamento histórico mais influente e mais rico em desdobramentos”, isto é, como o mais bem-sucedido e representativo dentre os “documentos vivos das sobrevivências da ideologia nacionalista romântica, que propunha o literário como domínio privilegiado para a manifestação, reconhecimento e defesa do ‘nacional’” (FRANCHETTI, 2013, p. 98).

“O argumento básico para que se fizesse ou lesse essa história é, no fundo, romântico”, explica, com efeito, Franchetti (2013, p. 95), “pois glosa a necessidade moral do autoconhecimento, com especial atenção para as contingências formativas que definem a particularidade”. Tal argumento encontra-se “magnificamente expresso”, prossegue o autor, na célebre formulação de Antonio Candido no prefácio à primeira edição da *Formação*:

Comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca. Mas é ela, não outra, que nos exprime. Se não for amada, não revelará a sua mensagem; e se não a amarmos, ninguém o fará por nós. [...] Ninguém, além de nós, poderá dar vida a essas tentativas muitas vezes débeis, outras vezes fortes, sempre tocantes, em que homens do passado, no fundo de uma terra inculta, em meio a uma aclimação penosa da cultura europeia, procuravam estilizar para nós, seus descendentes, os sentimentos que experimentavam, as observações que faziam – dos quais se formaram os nossos (CANDIDO, 1969, p. 10).

Sobre a possibilidade e a probabilidade de uma tal redação hoje em dia, Franchetti (2013, p. 95) observa: “A ideia de um ‘nós’ desmarcado de classe, gênero, etnia e extração cultural, cuja unidade repousa apenas no fato de ser um ‘nós’ brasileiro, está justamente relegada ao esquecimento intelectual e só sobrevive no discurso demagógico”. E ainda:

Qualquer pós-graduando afinado com o discurso pós-colonialista logo perguntaria “nós, quem?”; ou: por que devo supor que a literatura feita por ou para os senhores escravocratas ou os próceres do PRP paulista me exprime? Poderia perguntar ainda: em que se baseia a postulação de uma solidariedade prospectiva, que faz de todos “nós”, além de descendentes, destinatários da ação dos “homens do passado”? (FRANCHETTI, 2013, p. 95).

Ora é justamente este o questionamento na base daquele “forte e múltiplo movimento de revisão dos parâmetros de sustentação do cânone” evocado por Jaime Ginzburg, encarnado “[n]o esforço de grupos de pesquisadores em resgatar autores e obras que, por variadas circunstâncias históricas e ideológicas, deixaram de ser reconhecidos em seu tempo”, pesquisadores “ligados ao feminismo, às etnias e a grupos sociais marginalizados”, os quais “têm procurado indicar lacunas e reverter critérios de valor consolidados” (GINZBURG, 2017, p. 24).

E se esta é a face mais explícita da violência canônica institucionalizada a ser combatida, não é a única. Há uma segunda, ao modo de uma contraface de Janus, a qual diz respeito não mais aos excluídos do cânone, e sim, insuspeitadamente, aos consagrados e imortalizados pela canonização historiográfica.

Leitura canônica e domesticação da alteridade

“Nas artes em geral e na literatura, que nos interessa mais de perto”, afirmava, há quase quatro décadas, Roberto Reis, num texto hoje clássico, citado por Ginzburg, “cânon significa um perene e exemplar conjunto de obras [...], um patrimônio da humanidade (e, hoje, percebemos com mais clareza, esta ‘humanidade’ é muito fechada e restrita) a ser preservado para as futuras gerações, cujo valor é indisputável” (REIS, 1992, p. 70). E ainda: “Há poucas mulheres, quase nenhum não branco e muito provavelmente escassos membros dos segmentos menos favorecidos da pirâmide social”, concluía Reis (1992, p. 73), de modo que “a literatura tem sido usada para recalcar os escritos (ou as manifestações culturais não escritas) dos segmentos culturalmente marginalizados e politicamente reprimidos”.

De lá para cá, muito dessa produção vem sendo desrecalcada, em face da emergência de uma nova conjuntura, na qual, como observa Ivete Walty, “a noção de rede, em que se elaboram os mapas político-econômicos do mundo, embaralha posições de poder, o que não significa que as elide”; sendo que, “ao lado das redes de informação que movimentam a sociedade, instalam-se redes de excluídos que minam a noção de

desenvolvimento, como alertam Bauman e Appadurai” (WALTY, 2018, p. 28). Daí: “Dá-se, então, uma revisão de valores culturais como fruto do que Hall chama de ‘reelaboração da narrativa da modernidade’ pela crítica pós-colonial”, ocasionando o desvelamento de “narrativas sufocadas” num espaço de coexistência de trajetórias múltiplas (WALTY, 2018, p. 28). “Isso não significa convivência harmoniosa. Antes o que se tem são embates marcados por linhas de força, tanto no domínio textual, quanto no acadêmico e demais instâncias sociais e políticas aí envolvidas”, ressalva Walty (2018, p. 93), concluindo: “Margens e centros são desenhados pelas relações que se estabelecem entre os homens e seus deslocamentos a reafirmarem ou desafiarem padrões e normas. Debruçar-se sobre esses percursos é nosso desafio” (WALTY, 2018, p. 94).

Neste sentido, o alerta de Roberto Reis continua válido: “não se questiona o cânon simplesmente incluindo um autor não ocidental ou mais algumas obras escritas por mulheres”, observava, explicando: “Um novo cânon decerto não lograria evitar a reduplicação das hierarquias sociais. O problema não reside no elenco de textos canônicos, mas na própria canonização, que precisa ser destrinchada nos seus emaranhados vínculos com as malhas do poder” (REIS, 1992, p. 73). Mais à frente o autor esclarece que

está em jogo uma *maneira de ler*, uma estratégia de leitura que seja capaz de fazer emergir as *diferenças*, em particular aquelas que conflitem com os sentidos que foram difundidos pela leitura canônica, responsável em última análise pela consagração e perenidade dos monumentos literários e via de regra reforçadora da ideologia dominante, subvertendo, desse modo, a hierarquia embutida em todo o processo (REIS, 1992, p. 77).

Observe-se que o deslocamento do foco de interesse aí operado por Reis, do “cânone” para a “canonização” – isto é, do resultado para o *processo* que engendra o resultado –, está em consonância com aquilo para que chamava atenção, na mesma época, Wendell Harris, acerca da “canonicidade” [*canonicity*]: “é importante reconhecer que, apesar de o cânone ser nominalmente composto de textos, efetivamente ele se compõe não de textos em si mesmos [*not of texts in themselves*], mas de textos como são lidos [*of texts as read*]” – o que reconfigura, em última instância, a “seleção de textos” como “seleção de leituras” (HARRIS, 1991, p. 117; tradução nossa).

Nesse sentido, antes de vislumbrar o que de fato pode ser a “maneira de ler” subversiva de que fala Reis, seria antes preciso definir com maior precisão a “leitura canônica” naturalizada no Brasil, aquela “responsável pela consagração e perenidade dos monumentos literários e via de regra reforçadora da ideologia dominante”.

No fundamental *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional* (1991), Maria Helena Rouanet reconstitui, com vistas à produção literária pós-1822 no Brasil, a construção de uma imagem da nacionalidade – focada sobretudo na natureza exuberante e nos episódios grandiosos da história do país – e o estabelecimento

do patriotismo como valor maior a ser difundido pela literatura, ao modo de uma *missão*. A autora analisa, então, “como os representantes do movimento romântico adequaram à sua obra a missão que lhes havia sido confiada, e como esta realidade pôde ser difundida na medida em que se criava um solo comum entre os autores e o público”, destacando, na sequência, uma última dimensão desta tarefa empreendida pelos escritores da época: “a de resgatar o seu passado, a de levantar e reunir os seus títulos de origem” (ROUANET, 1991, p. 257).

Daí o caráter basilar assumido pela então nascente historiografia literária no Brasil: “se a produção literária do século XIX foi de grande importância para a instauração e para a divulgação de uma *realidade nacional*”, pondera Rouanet, “não se pode deixar de considerar que, uma vez cumprida a missão que lhes competia, os autores brasileiros deveriam ter abandonado os parâmetros adotados para a consecução dessa tarefa de base”; daí que “a permanência de uma tal concepção não teria sido tão marcante e insidiosa se a crítica e a história da literatura não se tivessem aliado, de corpo e alma, a este projeto e à aferrada luta pela sua concretização” (ROUANET, 1991, p. 265).

Passando em revista a obra de precursores como Ferdinand Denis, Francisco Varnhagen, Fernandes Pinheiro, Sotero dos Reis, Rouanet (1991, p. 267) observa que, “profundamente impregnada pelos princípios que regem a elaboração da história nacional de um país”, também a história da literatura “procura estabelecer as bases da nacionalidade, levantar os fatos – neste caso, as escolas, as obras, as correntes, os estilos, etc. – que teriam tido alguma importância ao longo do tempo, e destacar os nomes dos ‘vultos célebres’, acompanhados dos seus ‘feitos notáveis’”. Ora, nesta cronologia dos grandes vultos literários e seus grandes feitos já se delineia o trabalho de constituição de um cânone nacional, indissociável, como tal, de um *modo de leitura* (nacionalizante) das obras que o integram: “Uma vez estabelecida a ‘data de nascimento’ de uma literatura que seria efetivamente ‘nossa’, é hora de passar à listagem de uma série de nomes de autores e títulos de obras, todos eles acompanhados de observações acerca de seu caráter nacional” (ROUANET, 1991, p. 270).

Neste contexto, logo se estabeleceu “que aqueles valores considerados indispensáveis para o bom desempenho da função do críticos – a língua e a história nacionais – vão ser também os critérios a partir dos quais serão julgados os autores e suas obras” (ROUANET, 1991, p. 279), de modo que “ninguém passou incólume por essa busca de uma caracterização da *brasileidade*, construída basicamente a partir do duplo eixo da língua portuguesa, por um lado, e, por outro, de uma originalidade propriamente brasileira” (ROUANET, 1991, p. 281). Rouanet (1991, p. 282) observa, então, que este critério “passou a ser assumido enquanto valor maior por todos os que se dedicaram à história e à crítica da literatura, bem como por poetas e ficcionistas que se referiam à sua própria atividade”, evocando, então, na sequência, a hoje clássica análise de Flora Süssekind, em *Tal Brasil, qual romance?* (1984), do paralelo existente entre a tradição literária e a linhagem da sucessão familiar.

“O patriarca costuma funcionar como princípio de identidade para a família, a figura do autor como fundamento e origem das significações de um texto, a nacionalidade

como justificativa e limite às inquietantes ambiguidades e rupturas da ficção”, observa, com efeito, Sússekind (1984, p. 32), em suas considerações sobre “Paternidade, autoria e nacionalidade” no primeiro capítulo de *Tal Brasil, qual romance?* Daí a analogia entre a historiografia literária e a elaboração de genealogias familiares:

A construção de uma história literária, como a de uma árvore genealógica, se faz com o ocultamento das diferenças e descontinuidades. Nada que possa enfeiar, tornar cômico ou desfazer os perfis de seus grandes autores ganha ênfase. Nada que coloque em dúvida a caracterização de tal literatura como um processo contínuo e evolucionista de aperfeiçoamento. [...] Uma literatura tem sua tradição equilibrada pela pedra das estátuas de seus “grandes” escritores, pelas prateleiras de suas assépticas bibliotecas, pela filiação de uns a outros, pela enumeração de escolas diferentes que se sucedem “logicamente”, pela continuidade de um conjunto de obras e nomes que, sem ambiguidades, parecem repetir-se numa trajetória idêntica (SÜSSEKIND, 1984, p. 33-34).

Nessa perspectiva, a linguagem só poderia mesmo estar totalmente a serviço da expressão sem arestas do “nacional”. Dela se espera então “que se apague e funcione como mera transparência”, tornando-se, assim, o texto literário, “mera denotação, transparência cujo significado se encontra noutra lugar”, observa Sússekind (1984, p. 34). “Sem intervenções, refletir-se-ia com perfeição o modelo no seu correlato”, prossegue a autora; “[c]omo se a pura denotação, a homologia perfeita, o reflexo sem interferências, a repetição sem a diferença fossem possíveis” (SÜSSEKIND, 1984, p. 35). Mais à frente, a autora conclui que “é numa busca de unidade e de especificidades que se possam fundar uma identidade nacional que se costuma definir a literatura no Brasil” e que é esta busca que exige se fazer da linguagem “apenas mediadora ‘invisível’ [...] de uma ‘tal literatura brasileira’ que procura um ‘Brasil’, uma ‘verdade’, uma ‘nacionalidade’, que possa reproduzir de modo fiel” (SÜSSEKIND, 1984, p. 36).

Ora, é esta mesma ideologia estética *nacionalista-realista*, conformadora da leitura canônica perpetuada pela historiografia literária brasileira nos séculos XIX e XX, que João Adolfo Hansen identifica no DNA do mais prestigioso curso de Literatura Brasileira do país, matriz de referência para os demais: o da Universidade de São Paulo (junto ao qual, leciona, aliás, Jaime Ginzburg).

Remetendo ao texto fundamental de Roberto Reis sobre o assunto, Hansen relembra que “a invenção de cânones não se dissocia da questão do poder”, que “o princípio de seleção de textos se acompanha de outro, o de exclusão, complementar”, que ambos “pressupõem e produzem autoridade, cujo exercício geralmente se dá num espaço institucional”, espaço este que, no caso da universidade, são os departamentos de Letras, nos quais “grupos de interesse formam aparelhos ideológicos e selecionam autores e obras reproduzidos com fidelidade mais que canina à autoridade de um Mestre como textos exemplares, perenes, imortais ou já eternos, constituindo os chamados clássicos de uma tradição local” (HANSEN, 2016, p. 8-9). Hansen relembra, ainda, que, desde o século XVIII, “a literatura foi um dos principais instrumentos do processo cultural

e político de educação e autoeducação que os alemães chamam *Bildung*”, e que este termo, no Brasil habitualmente traduzido por *formação*, “foi um termo inicialmente teológico, mantendo muitas características metafísicas da teologia quando aplicado ao cânone literário – entre elas, a teleologia da revelação progressiva da essência ou ideal ou princípio que forma e orienta o cânone, o Nacional” (HANSEN, 2016, p. 9-10). Isso posto, Hansen observa que, via de regra, na USP,

Bildung significa genericamente o ideal da educação do indivíduo burguês como cidadão por meio dos valores constitutivos das tradições nacionais expressas ficcionalmente numa forma artística representativa, quase sempre crítica de contradições sociais, que se inclui diacronicamente no cânone literário como exemplaridade de uma das etapas da realização do projeto romântico-modernista, desde 1822, a Independência do país, até 1922, a Semana de Arte Moderna, e de 1922 até o momento em que são dados os cursos, que muitas vezes reproduzem, sem menção, a armadura do cânone, estudando obras que o constituem sincrônica e diacronicamente. Na quase maioria dos cursos, o cânone não é apresentado e tratado como objeto particular e artificial historicamente construído, mas pressuposto como se fosse uma realidade empírica substancial, naturalmente natural e evidentemente evidente, sobre a qual as obras literárias se recortam. Como o cânone é nacionalista, os cursos assim dados reproduzem o nacionalismo como currículo implícito, justamente quando não o referem. Neles, o conceito de *formação* tende a qualificar o processo de educação, autoeducação e, para falar ecologicamente, autocultivo do indivíduo ainda verde como cidadão maduro, algumas vezes no sentido dado por Hegel à noção de “cidadão educado”, alguém que conhece os limites da sua competência para julgar (HANSEN, 2016, p. 11-12).

Do ponto de vista da estrutura curricular, isto se resolve da seguinte maneira:

Desde que o curso de Literatura Brasileira I – Colônia foi transformado na optativa Literatura Brasileira V, o curso de Literatura Brasileira começa no 1º semestre com Literatura Brasileira I, Modernismo de 22; continua com Literatura Brasileira II, Modernismo de 30-45, no 2º semestre; segue-se Literatura Brasileira III – Romantismo, no 3º semestre; e termina-se com Literatura Brasileira IV – Realismo, no quarto semestre. A optativa Literatura Brasileira V deixou de existir. Ainda há Literatura Brasileira VI, sobre literatura contemporânea, embora a definição de “contemporâneo” não seja clara (HANSEN, 2016, p. 35).

Do ponto de vista da conjugação *Bildung*-cânone neste currículo, Hansen conclui:

Ou seja: a síntese modernista, como realização final do processo nacional-nacionalista, vem antes, com Mário de Andrade e Bandeira e, bem mais raramente Oswald de Andrade; depois Graciliano Ramos e Drummond, às vezes algum Murilo Mendes, mais João Cabral, depois Guimarães Rosa e Clarice Lispector; depois dos dois semestres, o modernista de 22 e o

moderno de 30-40, os estudantes vão ler Alencar e Manuel Antônio de Almeida mais as três etapas hegelianas da poesia romântica, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo e Castro Alves; finalmente, como, apesar de serem nacionalistas, os românticos estavam fora do lugar, representando ideias liberais francesas que não refletiam adequadamente a infraestrutura do país escravista, vem a antítese representada por Machado. Ele inverte as inversões românticas e põe a nu a estrutura do favor que rege as relações sociais do Brasil desde o século XVI. Ou seja, inclui e supera todo o passado colonial; ao mesmo tempo, como inventa uma forma tragicômica nova e moderna, abre-se para o moderno, já é moderno, e constitui o cânone, sociologicamente definido. A posse da verdadeira interpretação de Machado garante o controle de todo o cânone. Quanto aos autores coloniais, não existem, obviamente, porque não são nacionais. Ou existem com algum espiritismo quando se manifestam em manifestações que, provavelmente por mediunidade, são ectoplasmas do Fantasma-que-anda do Nacional. Manifestações, nem carne nem peixe: Gregório de Matos é manifestação e se manifesta assim como se manifesta Antônio Vieira. Os árcades mineiros e cariocas do século XVIII, postos como origem do cânone, já teriam um projeto de formação pelo simples fato de terem se dedicado às letras numa colônia iletrada. Apesar das evidências históricas de que foram poetas não românticos do Antigo Estado português, são entendidos como origem do cânone. Mas não são estudados (HANSEN, 2016, p. 35-37).

Bem entendido, sob o paradigma uspiiano de *formação*, o princípio nacionalista-realista não apenas rege a seleção e a exclusão de textos, como também aprisiona e domestica os textos selecionados numa grade interpretativa teleológica pela qual se mantém “o controle de todo o cânone”. Alicerce dessa perspectiva, “o principal historiador da literatura brasileiro, Antonio Candido, retomou o projeto modernista, que tinha retomado o projeto romântico, nos dois volumes do seu livro de história literária, *Formação da Literatura Brasileira*, publicado em 1959”, observa Hansen (2016, p. 20), concluindo: “*Formação*, ou seja, *Bildung*, educação e autoeducação pela literatura, socialmente formada e pressupondo a organização sistêmica de autores, obras e públicos, e que ao mesmo tempo forma socialmente a cultura e os indivíduos”. Como observa a respeito Abel Barros Baptista, então citado e parafraseado por Hansen:

A emergência da literatura brasileira é descrita pela mais poderosa de suas teorias, a de Antonio Candido, como processo de “formação”: das primícias das “manifestações literárias” dos primeiros séculos à maturidade do “sistema”, situado na obra de Machado de Assis, a literatura brasileira desenvolve-se em consonância com a própria nação, pura continuidade em direção ao *télos* de uma “forma” genuinamente brasileira. Ao colocar o Brasil no lugar do fundamento, a descrição da “formação” naturaliza o estabelecimento do cânone brasileiro (BAPTISTA, 2005, p. 22).

A naturalização do cânone brasileiro (resultado) implicando aí, bem entendido, a naturalização da leitura canônica nacionalista-realista que o institui como tal (processo), num circuito hermenêutico viciado que se retroalimenta: “a ‘formação’ pressupõe sempre um laço de expressão da realidade local, pelo que a análise e interpretação orientadas nesse sentido se beneficiam de antemão da garantia de pleno sucesso” (BAPTISTA, 2005, p. 65). É assim, ademais, que o “direito à literatura”, em Candido, se confunde, na verdade, com um direito à *formação*, processo a um só tempo educacional e civilizatório no qual a “literatura brasileira” (mesmo “pobre e fraca”, nas palavras do próprio Candido) figura menos como objeto do que como instrumento: “porque o progresso nacional não prescinde da literatura, porque a feição nacional se revela na literatura, porque, enfim, no paradigma iluminista em que Candido se filia, pela literatura tornada brasileira o Brasil se constitui descendente e herdeiro da razão universal”, enfatiza Baptista (2005, p. 69-70), concluindo: “Daí a necessidade de estabelecer um cânone brasileiro: para vincular, subordinar, sujeitar o leitor brasileiro à literatura brasileira.”

Não obstante este desejo iluminista de universalidade em Candido, “a constituição do cânone literário pressupõe justamente a do particularismo provinciano do lugar da nação e do nacionalismo das representações consideradas mimeticamente adequadas a ele”, observa Hansen (2016 p. 28). E ainda:

No curso de Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo, e suponho que em outros do país, o adjetivo *brasileira* é efetivamente o substantivo que nomeia algo essencial, enquanto que *literatura*, o substantivo, é efetivamente o adjetivo, indicando que o ficcional da ficção é secundário ou “só literatura”, como às vezes se ouve dizer, pois o que realmente importa é a referência, a matéria literária ou, como se diz, o real, a realidade brasileira, o Brasil, de que a literatura é documento (HANSEN, 2016, p. 28).

Em suma, se “[o] termo *literatura* nos remete a um regime discursivo, a ficção”, conclui Hansen (2016, p. 30), “*brasileira* situa e particulariza a ficção no espaço-tempo históricos de uma nação que existe como tal desde a Independência, em 1822, [...] definindo ficção como representação/expressão/documentação do típico, o brasileiro, característico do local”. Como observara Flora Süssekind, à luz dessa concepção documental de literatura, “[e]xige-se do literário que perca suas especificidades, suprima opacidades, ambiguidades, conotações” (SÜSSEKIND, 1984, p. 34), “[o]cultu-se todo o trabalho da linguagem, dissolve-se a ficcionalidade própria ao romanesco e obriga-se o leitor a olhar o fato ficcional sempre em analogia a um referente extratextual ao qual deve obrigatoriamente corresponder o mais possível” (SÜSSEKIND, 1984, p. 38).

Naturalizada, via crítica e historiografia literárias, a leitura nacionalista-realista do cânone brasileiro, naturalizou-se, ao mesmo tempo, em todo um sistema de estudo e ensino acadêmico-escolar, a violenta domesticação do “trabalho da linguagem” nas obras então ditas canônicas. Algo que se confunde, aliás, com aquela “longa história na literatura brasileira” de que fala Baptista (2005, p. 56), na qual “o papel de Antonio Candido foi decisivo”, a saber, “a história da subordinação da atividade literária à institucionalização da literatura no Brasil”.

História tão bem sintetizada, aliás, por Maria Helena Rouanet, em suas palavras conclusivas acerca do papel dos “discursos da crítica e da história da literatura” no processo de fundação e consolidação de uma literatura nacional no Brasil, os quais “vão buscando na uniformidade a neutralização de toda e qualquer diferença, de tudo o que pudesse caracterizar a *alteridade* que acaba se revelando, então, como um elemento particularmente *ameaçador*”, de modo que “aquela *domesticação*, aplicada de início à *inquietante estranheza* da natureza *exótica* desta terra tropical, estendeu-se, sem maiores obstáculos, a toda a sua produção intelectual” (ROUANET, 1991, p. 287).

Teoria da literatura e leitura contracanônica

“Pensando em alguns romancistas brasileiros canônicos”, indaga-se João Adolfo Hansen (2015, p. 30), “seria possível a gente ler Guimarães Rosa, Graciliano, Machado, Alencar, por exemplo, só como ficção, descartando a história brasileira das matérias sociais que são transformadas nas estórias que eles contam nos seus textos?” Ao fazê-lo, Hansen remete à reflexão de Abel Barros Baptista como professor não brasileiro de literatura brasileira numa universidade estrangeira, e convicto, enquanto tal, de “que nenhum problema inerente ao ensino de literatura brasileira tem solução viável enquanto a disciplina permanecer definida pela determinação nacional” (BAPTISTA, 2005, p. 33). Daí a declaração de um princípio que interessará de perto a Hansen, aquele “segundo o qual a literatura brasileira deve ser considerada *literatura* antes de ser considerada *brasileira*” (BAPTISTA, 2005, p. 35). E ainda:

Nisto, não vejo razão para abandonar esse horizonte regulador chamado especificidade da literatura. O ensino da literatura não é uma variante e tampouco um substituto do ensino da filosofia, da história, da religião ou da moralidade. No limite, trata-se sempre de ler, de aprender a ler, de perceber o que significa ler, sobretudo de compreender que a leitura é uma atividade intelectual extremamente exigente que, por força da própria natureza, requer uma aprendizagem incessante (BAPTISTA, 2005, p. 35).

Isso posto, basta tentarmos responder, então, “o que significa ler” sob o “horizonte regulador” da “especificidade da literatura”, para nos reconhecemos em pleno terreno da teoria da literatura – o que Baptista (2005, p. 19) de alguma forma já havia antecipado quando alertara que “[o] ensino da literatura brasileira concentra, ou exemplifica, todos os problemas teóricos e críticos do ensino da literatura na universidade”. Problema teórico por excelência do estudo e do ensino de literatura: *o que é literatura?* – ou, para retomar os termos de Baptista: qual é, afinal, a *especificidade da literatura* (e, já que aí se trata de leitura, a especificidade da *língua* literária, ou da *literariedade* na língua) em face, digamos, “da filosofia, da história, da religião ou da moralidade”? Problema vertiginoso, como se

sabe, e que desde os formalistas russos exauriu gerações de teóricos da literatura sem que se lograsse fixar a respeito uma resposta consensualmente satisfatória.⁴

A ideia de uma “especificidade da literatura” a regular de antemão a atividade de leitura de textos numa dada língua pressupõe a possibilidade de se delimitar um campo linguístico homogeneamente “literário” de toda uma exterioridade linguística alegadamente “não literária”. Insistir nesta ideia, como faz inadvertidamente Baptista, implica recair numa certa ilusão de homogeneidade linguística, dita “literária”, justamente quando, visando-se à “desarticulação da pressuposição de um laço natural com a própria língua”, postula-se que “a homogeneidade suportada por uma mesma língua é uma ilusão criada pela ignorância do constante trabalho de tradução que o domínio de uma língua implica” (BAPTISTA, 2005, p. 34). Ora, o antídoto, por assim dizer, contra esta ilusão, mas também contra a outra, a da homogeneidade de uma “especificidade da literatura” em face da “não literatura”, estaria no reconhecimento do caráter constitutivamente *heterogêneo* e *diferencial* de toda e qualquer língua, a despeito das pretensões de homogeneidade, reconhecimento lapidarmente enunciado pelo próprio Baptista nos seguintes termos:

Corpo de possibilidades, a língua é uma rede de heterogeneidades, e por isso a tradução se impõe, não apenas entre línguas, mas entre variantes – nacionais, sociais, regionais, históricas, profissionais etc. – da mesma língua. O conhecimento de uma língua implica por isso não apenas o domínio das possibilidades de tradução, mas ainda, e sobretudo, a capacidade de lidar com tudo o que resiste à tradução, os nós de singularidades irreduzíveis (que não têm conteúdo nacional). O horizonte de uma plena tradutibilidade ideal defronta sempre a irreduzibilidade do intraduzível – e isso no interior da mesma língua, da mesma variante, do mesmo dialeto. Esta percepção da língua como rede diferencial, em que cada variante remete para outra, incapaz de se definir por si mesma, desarticula os primeiros pressupostos do nacionalismo, quer porque impede a neutralização da língua pela pressuposição do laço natural de pertença, quer porque relativiza todos os esforços de demarcação nacional ou regional com base nas diferenças linguísticas (BAPTISTA, 2005, p. 34-35).

⁴ Tzvetan Todorov, um dos maiores nomes associados ao empreendimento de uma teoria estrutural da literatura no século XX, sintetizou tardiamente o fracasso do mesmo nos seguintes termos: “Perguntei-me constantemente: o que é que distingue a literatura da não literatura? Qual é a diferença entre uso literário e não literário da linguagem? Ora ao interrogar-me assim sobre a noção de literatura, considerava como já adquirida a existência de uma outra noção coerente, a de ‘não literatura’. Não será necessário começar por questionar esta última? Sempre que nos falamos de escrita descritiva (Frye), de uso corrente (Wellek), de linguagem quotidiana, prática ou normal, postula-se sempre uma unidade que parece ser das mais problemáticas, desde que por sua vez a questionemos. Parece evidente que essa entidade – incluindo tanto a conversa corrente como a graça, a linguagem ritual da administração e do direito como a do jornalista e do político, os escritos científicos como as obras filosóficas ou religiosas – não é só uma. Não sabemos exatamente quantos tipos de discurso é que há, mas estaremos facilmente de acordo em dizer que não há só um” (TODOROV, 1981, p. 23).

Em contraposição à concepção nacionalista-realista de linguagem como “pura denotação, homologia perfeita, reflexo sem interferências, repetição sem a diferença” (Süssekind), Baptista identifica na práxis linguística (a incluir, portanto, o que se quer chamar “literatura”) uma permanente e incontornável atividade tradutória, a qual, ao se defrontar “com tudo o que resiste à tradução, os nós de singularidades irreduzíveis”, em suma, com “a irreduzibilidade do intraduzível”, acaba inevitavelmente por revelar os limites de suas próprias possibilidades. É a esse fracasso tradutório, por assim dizer, que remete Roberto Reis ao tratar da execução do programa romântico brasileiro de representação literária da realidade nacional:

Tendências como o indianismo e o sertanismo são esforços para captar a cor local do país e o *ethos* brasileiro, numa mimesis de corte realista, que obedece ao primado da observação. Um exame cuidadoso da literatura de nosso oitocentos, entretanto, revelaria como aquela ficção acaba dizendo mais a respeito das camadas sociais que a escreviam e a fruía do que dos índios ou sertanejos que supostamente pretendiam captar, tomados estes como “heróis” dos textos em que comparecem. Neste sentido, se poderia escrever que uma considerável parcela da produção literária do Brasil oitocentista acaba se configurando como uma espécie de autorretrato das elites que a produziam e consumiam. No esforço de forjar uma representação “realista” do país (de sua natureza, de figuras como o indígena ou o homem do interior), na exata medida em que esta captação serviria para delinear o “perfil nacional”, ela acaba se traíndo, se contradizendo e fornecendo um retrato da ideologia dos segmentos senhoriais. Ser brasileiro, para aquelas frações ilustradas, “desterradas em sua própria terra”, era ser europeu nos trópicos. O “nacionalismo” presente nesta produção é aquele que interessa ao projeto de consolidação do Estado nacional (REIS, 1991, p. 80).

Ora, se identificamos aqui o esforço para “captar” literariamente um outro – “o índio”, “o sertanejo”, etc. – como esforço de *tradução* desse outro numa dada língua, e se reconhecemos, com Baptista, que “[o] horizonte de uma plena tradutibilidade ideal defronta sempre a irreduzibilidade do intraduzível”, então precisamos admitir ser justamente quando se evidenciam os limites das possibilidades de uma tradução – quando a pretensa “captação”, para falar com Reis, “se trai” e “se contradiz” –, que a tradução se revela *como tradução*, e a língua, como “rede de heterogeneidades”, “rede diferencial”. Nesse sentido, o fracasso evocado por Reis – o retrato do indígena ou o do sertanejo brasileiros revelando-se como autorretrato do narrador “europeu nos trópicos” – torna-se paradigmático da atividade tradutória em jogo em todo esforço de representação verbal da alteridade: no limite, não poderia mesmo haver retrato, quem quer que seja o “outro” retratado, que não se deixasse em alguma medida revelar como autorretrato; em suma: retrato-do-outro-como-retrato-de-si.

É o que postula, aliás, Daniel-Henri Pageaux, a título de “hipóteses de trabalho” para o estudo das imagens, ou *imagologia*, na contemporaneidade:

toda imagem procede de uma tomada de consciência, por mínima que seja, de um Eu em relação a um Outro, de um aqui em relação a um alhures. [...] é a expressão, literária ou não, de um distanciamento significativo entre duas ordens de realidade cultural. [...] é a representação de uma realidade cultural estrangeira por meio da qual o indivíduo ou o grupo que a elaborou (ou que a partilham ou que a propagam) revelam e traduzem o espaço social, ideológico, imaginário nos quais querem se situar. Tomado como horizonte de estudo, esse espaço é o palco em que se expressam, com a ajuda de imagens e de representações, as modalidades segundo as quais uma sociedade, uma cultura se vê, se pensa, se sonha – pensando e observando o estrangeiro, também tomado como objeto de uma fantasia. A imagem do estrangeiro pode *igualmente* dizer certas coisas sobre a cultura de origem (observante). Toda alteridade revela uma identidade – ou vice versa (PAGEAUX, 2011, p. 110-111).

Outrora combatidos como resquício indesejado do paradigma historicista do comparatismo ocidental, os estudos imagológicos são hoje “reconhecidos pelo *establishment* comparatista como uma das bases dos estudos culturais, e até mesmo do ‘multiculturalismo’”, observa Pageaux (2011, p. 109). A imagologia é aí entendida, em sentido lato, para muito além dos restritivos parâmetros nacionalistas que a reduziam, no comparatismo clássico, a um estudo das representações de uma determinada nacionalidade estrangeira numa determinada literatura nacional (algo como: imagens da Espanha e/ou do espanhol na literatura francesa). Daí Pageaux (2011, p. 114) optar por falar em “dimensão estrangeira” como “presença do Outro” – “cada vez que a dimensão estrangeira aparece como problema, intervém também a questão imagológica, isto é, a presença do Outro, de seu espaço natural e cultural” –, evocando, assim, uma estrangeiridade expandida, e, mesmo, estrutural, a qual, no limite, se confundiria com a alteridade daquelas “singularidades irreduzíveis” que, segundo Baptista, a um só tempo requerem e resistem à tradução, e que “não têm conteúdo nacional”.

A concepção de imagem em Pageaux projeta, assim, uma práxis imagológica pós-nacionalista, além de, não por acaso, essencialmente *não realista*: “O problema da falsidade da imagem, da representação, não cabe nesses estudos”, constata, com efeito, Pageaux (2011, p. 111), explicando que o interesse é, antes, o de compreender “a lógica da representação”, ou “a lógica de uma escrita, de um imaginário”; eventualmente, “o funcionamento de uma ideologia”. Ora, nestes termos, uma leitura imagológica de escritores brasileiros canônicos como os mencionados por Hansen encarnaria muito apropriadamente aquela leitura contracanônica imaginada por Roberto Reis no sentido de “desmontar o processo de canonização de autores e textos levada a cabo por nossa historiografia literária” (REIS, 1991, p. 80).

Mas o que embasaria, afinal, essa leitura imagológica contracanônica? Antes de mais nada, um foco incansável nos aspectos linguísticos/enunciativos da construção discursiva da imagem do Outro, justamente o que tende a ser negligenciado ou invisibilizado pela leitura canônica nacionalista-realista. Pageaux (2011, p. 115)

estabelece como primeiro nível de estudo imagológico, “primeiro e fundamental”, enfatiza o autor, “a palavra”:

A imagem de um estrangeiro em um texto é primeiramente um conjunto de palavras para dizer o Outro. Convém, em um texto, identificar o campo lexical, as possíveis isotopias, os processos de comparação que são espécies de equivalentes ou de aproximações para dizer o Outro, ser atento à adjetivação, expressão elementar do julgamento de valor e da hierarquização, realçar as palavras do Outro, inscritas no texto, sem equivalentes possíveis, assim como tantos elementos de alteridade irredutíveis: encontramos, em outra esfera, a questão do intraduzível (PAGEAUX, 2011, p. 112).

Bem entendido, “as palavras do Outro inscritas no texto” integram os “tantos elementos de alteridade irredutíveis” que remetem àquilo que tanto Baptista quanto Pageaux concebem como a “irredutibilidade do intraduzível” a configurar, dir-se-ia, o Outro como “singularidade irredutível” em face do discurso do Eu. Mas o que Pageaux também revela, por outro lado, é que este Outro irredutível só se projeta discursivamente *enquanto* “tomada de consciência” de um Eu em relação a ele, *enquanto* efeito de um esforço de tradução portanto, esforço que se encarna num dado “campo lexical”, em determinadas “isotopias”, em determinados “processos de comparação”, em determinada “adjetivação” como “expressão elementar do julgamento de valor e da hierarquização”. Em suma, também este enunciador-tradutor e seu discurso se configuram como singularidade irredutível, no limite intraduzível – a qual, não obstante, só se projeta discursivamente *enquanto* tomada de consciência de um Eu em relação a um Outro. Para retornar ao exemplo de Roberto Reis, “o índio” ou “o sertanejo” em Alencar se projetariam como singularidade irredutível apenas em contraste com o narrador “europeu nos trópicos” – e vice-versa, num antagonismo reciprocamente constitutivo, na “rede diferencial” da língua como atividade social.

Em termos políticos, isso pode ser definido com o auxílio de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, quando afirmam: “Os atores sociais ocupam posições diferenciais nos discursos que constituem o tecido social. Neste sentido, eles são todos, estritamente falando, particularidades. Por outro lado, há antagonismos sociais criando fronteiras internas na sociedade” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 40). Se se fala, pois, em “particularismo”, é preciso reconhecer, com Laclau (2011, p. 39), que este conceito é “essencialmente relacional”, uma vez que “algo é particular em relação a outras particularidades, e o conjunto delas pressupõe uma totalidade social no interior da qual elas são constituídas”.

Ora, mas o que poderia, afinal, representar esta pretensa “totalidade”? “[S]omente uma particularidade cujo corpo esteja dividido, pois sem deixar de ser sua própria particularidade, ela transforma seu corpo na representação de uma universalidade que a transcende”, respondem Laclau e Mouffe (2015, p. 40), explicando:

Esta relação, por meio da qual uma particularidade assume a representação de uma universalidade que lhe é inteiramente

incomensurável, é o que chamamos *relação hegemônica*. Como resultado, sua universalidade é uma universalidade *contaminada*: (1) ela vive nesta tensão irresolúvel entre universalidade e particularidade; (2) sua função de universalidade hegemônica não é uma conquista definitiva, mas ao contrário, sempre reversível (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 40-41).

Se isto, por um lado, “mostra a emergência do universal no seio do particular”, por outro, “mostra também que a relação entre particularidade e universalidade é essencialmente instável e indecível”, afirma Laclau (2011, p. 40); e, em face de que “o universal resulta de uma divisão constitutiva em que a negação de uma identidade particular transforma esta no símbolo da identidade e plenitude como tais”, o autor conclui que: (a) “o universal não tem nenhum conteúdo próprio, mas é uma plenitude ausente, ou melhor, o significante de plenitude em si, da própria ideia de plenitude”; (b) “o universal só pode surgir do particular, pois apenas a negação de um conteúdo *particular* transforma este no símbolo de uma universalidade que o transcende”; (c) “como, no entanto, o universal – tomado em si mesmo – é um significante vazio, *qual* conteúdo o simbolizará é algo que não pode ser determinado por uma análise do particular em si nem do universal em si”; em suma: “A relação entre os dois depende do antagonismo e é, no estrito sentido do termo, uma operação hegemônica (LACLAU, 2011, p. 40-41).

Pensando-se nisto, e no antagonismo reciprocamente constitutivo entre o narrador indianista/sertanista do nosso oitocentos e “o índio” ou “o sertanejo” que ele se põe a representar, pode-se redescrever como “operação hegemônica” aquela pela qual a então emergente historiografia literária irá assumir e naturalizar o nacionalismo programático incorporado por esta produção (“aquele que interessa ao projeto de consolidação do Estado nacional”, segundo Reis), numa leitura que, se “alia[n]do, de corpo e alma, a este projeto e à aferrada luta pela sua concretização” (Rouanet), nega o conteúdo *particular* de uma dada particularidade – a “ideologia dos segmentos senhoriais” para quem “[s]er brasileiro [...] era ser europeu nos trópicos” (Reis) –, transformando-o no “símbolo de uma universalidade que o transcende”, a saber: “a” realidade nacional brasileira. Por meio da canonização historiográfica, portanto, uma ideologia nacionalista particular “transforma seu corpo na representação de uma universalidade que a transcende”.

Ao fazê-lo, contudo, esta particularidade, então de “corpo dividido”, o faz “sem deixar de ser sua própria particularidade”, reconheçamos com Laclau e Mouffe, de modo a viver “nesta tensão irresolúvel entre universalidade e particularidade”, na qual sua função de universalidade hegemônica será “sempre reversível”. Não seria outro, senão o desta *reversibilidade*, o horizonte performático de uma leitura imagológica que visasse “desmontar o processo de canonização de autores e textos levada a cabo por nossa historiografia literária” (Reis), restituindo a cada um dos referidos textos seu caráter de singularidade tradutória *irreduzível* ao nivelamento domesticador de leituras hegemônicas de particularidades. A leitura operada pela historiografia nacionalista-realista, sem dúvida, mas também aquela em consonância com um discurso que por

princípio se contrapõe à primeira, sem deixar de padecer da mesma pretensão de hegemonização universalizante: o do “multiculturalismo”.⁵

Desmontar-se-ia, assim, a homogeneidade identitária historiograficamente forjada da “literatura brasileira”, como querem Baptista e Hansen; mas também, seria preciso reconhecer, a pretensa homogeneidade discursiva da “literatura brasileira”.

Referências

- BAPTISTA, Abel Barros. *O livro agreste: ensaio de curso de literatura brasileira*. Campinas: Ed. Unicamp, 2005.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. 3. ed. 2. v. São Paulo: Martins, 1969.
- CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2002.
- COSTA LIMA, Luiz. “Concepção de história literária na *Formação*”. In: _____. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 149-166.
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Trad. de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.
- DANTAS, Vinícius. “Apresentação”. In: CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2002. p. 15-22.
- FRANCHETTI, Paulo. “História literária: um gênero em crise”. In: VIOLA, Alan F. (Org.) *Crítica literária contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 81-100.
- GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2017.
- HANSEN, João Adolfo. “Lugar do cânone e da crítica nos estudos literários hoje”. In: LOPES, D. M. et al. (Org.) *VI Seminário dos alunos da Pós-Graduação em Letras da UERJ*. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2016. p. 7-38.
- HARRIS, Wendell. “Canonicity”. *PMLA*, New York, v. 106, n. 1, p. 110-121, jan. 1991.
- LACLAU, Ernesto. “Da emancipação à liberdade”. Trad. de Joanildo Burity. In: _____. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 23-46.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. Trad. de Joanildo Burity, Josias de Paula Jr., Aécio do Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

⁵ Slavoj Žižek contrapõe-se à pretensão de hegemonização pela qual se quer alçar à universalidade de identidade política da esquerda “as chamadas lutas identitárias do multiculturalismo pós-moderno: direitos dos gays, demandas das minorias étnicas, política da tolerância, movimentos antipatriarcais etc.”, justamente restituindo-as de seu caráter de particularidade: “Estou cada vez mais convencido de que esses são fenômenos da alta classe média, que não devem ser aceitos como horizonte de luta da esquerda. Para evitar mal-entendidos, não me oponho ao multiculturalismo como tal; aquilo a que me oponho é a ideia de que ele constitui a luta fundamental de hoje” (ŽIŽEK; DALY, 2006, p. 178-179). Neste sentido, segundo Natali (2006, p. 37): “O destaque dado à inclusão no sistema dominante e a um espaço comum onde as diferenças possam conviver de forma harmoniosa pode ser, afinal, o ponto em que se encontram o humanismo universalista e a tolerância superficial do multiculturalismo”.

- NATALI, Marcos P. “Além da literatura”. *Literatura e sociedade*, v. 11, n. 9, p. 30-43, 2006.
- PAGEAUX, Daniel-Henri. “Elementos para uma teoria literária: imagologia, imaginário, polissistema”. Trad. de Katia A. F. de Camargo. In: _____. *Musas na encruzilhada: ensaios de literatura comparada*. Frederico Westphalen(RS)/São Paulo/Santa Maria(RS): EdURI/Hucitec/ EdUFMSM, 2011. p. 109-127.
- REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luis (Org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 65-92.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- TODOROV, Tzvetan. “A noção de literatura”. In: _____. *O gêneros do discurso*. Trad. de Ana M. Leite. Lisboa: Edições 70, 1981. p. 13-26.
- WALTY, Ivete. “Literatura marginal: estética, ética e política”. In: WALTY, Ivete L. C.; GUIMARÃES, Raquel B. J. (Org.) *Literatura marginal e sua crítica*. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 25-100.
- WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.
- ZIZEK, Slavoj; DALY, Glyn. *Arriscar o impossível: conversas com Zizek*. Trad. de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Recebido em: 31/01/2020

Aceito em: 03/02/2020

Referência eletrônica: ARAÚJO, Nabil. O que é que resiste, afinal, na resistência à teoria? (Historiografia literária, violência canônica, domesticação da alteridade). *Criação & Crítica*, n. 26, p., jun. 2020. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/criacaoecritica>>. Acesso em: dd mmm. aaaa.